



A BANALIDADE DO BEM: DO NILISMO CRISTÃO AO ATEÍSMO ESPERANÇOSO

The banality of good: from christian nihilism to hopeful atheism

La banalidad del bien: del nihilismo cristiano al ateismo esperanzador

Rodrigo Rizério de Almeida e Pessoa¹

Amanda Moanna Santiago Ciriaco²

Isabel da Silva Souza³

Resumo: O trabalho examina a resposta que Camus dá ao absurdo no romance *A peste*. Nos seus primeiros escritos Camus apresenta duas atitudes diante do absurdo: a crueldade de Calígula, na peça teatral de mesmo nome, e a indiferença de Meursault, protagonista de *O estrangeiro*. Mas a crueldade e a indiferença não são respostas adequadas ao absurdo. É em *A peste*, através do médico ateu Rieux, que Camus apresentará uma atitude mais positiva diante do nihilismo moderno: é preciso fazer o bem simplesmente porque é dever fazer o bem. Assim, Camus contrapõe as atitudes do jesuíta Paneloux, que, incapaz de admitir o não sentido da vida, deixa-se morrer, e Rieux que, mesmo sabendo certa a morte de seus pacientes, nem por isso deixa de cuidar deles com o mesmo zelo. E por que o faz? Simplesmente porque deve, sem a necessidade de qualquer justificação, fazendo do bem uma banalidade não carente de bases metafísicas ou apelos religiosos. É a banalidade do bem, que se depreende da atitude do médico, que responde melhor ao absurdo existencial moderno, e não o nihilismo do jesuíta que, assim como em *O mito de Sísifo*, conduz ao suicídio ou a não vontade de viver.

Palavras-chave: Existencialismo. Absurdo. Revolta. Nihilismo. Camus.

Abstract: The work examines the response that Camus gives to the absurd in the novel *The Plague*. In his first writings Camus presents two attitudes towards the absurd: Caligula's cruelty and the indifference of Meursault, protagonist of *The Stranger*. But cruelty and indifference are not appropriate responses to absurdity. It is in *The Plague*, through the atheist doctor Rieux, that Camus presents a more positive attitude towards modern nihilism:

¹ Professor do Instituto Federal da Bahia – IFBA, Ilhéus (BA), Brasil. E-mail: rodrigopessoa@ifba.edu.br

² Acadêmica da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilheus (BA), Brasil. E-mail: amscriaco.fls@uesc.br

³ Instituto Federal da Bahia – IFBA, Ilhéus (BA), Brasil. E-mail : ysasouzasou@gmail.com

Artigo submetido em: 07 de março de 2024.

Artigo aceito em: 18 de março de 2024.

Artigo publicado em 22 de abril de 2024.



it is necessary to do good simply because it is a duty to do good. Thus, Camus contrasts the attitudes of the Jesuit Paneloux, who, unable to admit the meaninglessness of life, lets himself die, and Rieux who, even though he knows the death of his patients is certain, does not stop caring for them with the same zeal. And why does he do it? Simply because it must, without the need for any justification, making good a banality not lacking metaphysical bases or religious appeals. It is the banality of good, which can be inferred from the doctor's attitude, that best responds to the modern existential absurdity, and not the Jesuit's nihilism which, as in *The Myth of Sisyphus*, leads to suicide or the unwillingness to live.

Keywords: Existentialism. Absurd. Revolt. Nihilism. Camus.

Resumen: El trabajo examina la respuesta que Camus da al absurdo en la novela *La peste*. En sus primeros escritos Camus presenta dos actitudes ante el absurdo: la crueldad de Calígula y la indiferencia de Meursault, protagonista de *El extranjero*. Pero la crueldad y la indiferencia no son respuestas apropiadas al absurdo. Es en *La peste*, a través del médico ateo Rieux, donde Camus presenta una actitud más positiva hacia el nihilismo moderno: es necesario hacer el bien simplemente porque es un deber hacer el bien. Así, Camus contrasta las actitudes del jesuita Paneloux, que, incapaz de admitir el sinsentido de la vida, se deja morir, y de Rieux que, aunque sabe que la muerte de sus pacientes es segura, no deja de cuidarlos con el mismo celo. ¿Y por qué lo haces? Simplemente porque debe, sin necesidad de justificación alguna, hacer realidad una banalidad que no carece de bases metafísicas ni de atractivos religiosos. Es la banalidad del bien, que se puede inferir de la actitud del médico, la que mejor responde al absurdo existencial moderno, y no el nihilismo jesuita que, como en *El mito de Sísifo*, conduce al suicidio o a la falta de voluntad para vivir.

Palabras clave: Existencialismo. Absurdo. Revuelta. Nihilismo. Camus.

Introdução

Desde os textos que compõem a trilogia do absurdo – *O estrangeiro*, *O mito de Sísifo* e *Calígula* – Camus se incomodava com as consequências morais do confronto com o absurdo. Especulava que uma saída seria o suicídio, resultante da incapacidade de viver sem um sentido metafísico subjacente – sem um porquê final. Recusando essa saída, os heróis de seus textos, contudo, são heróis solitários. Tanto Sísifo quanto Meursault e Calígula sentem profundamente o absurdo existencial, mas o vivem solitariamente. Contudo, a mais adequada alternativa ao suicídio será propiciada pela *revolta*, conceito que Camus desenvolve em sua obra de maior envergadura filosófica – *O homem revoltado*. Mas há um laço que liga o absurdo e a revolta, a saber: a solidariedade. É curioso quanto a isso que o protagonista do conto *Jonas, ou o artista no trabalho*, que consta em *O exílio e o reino*, conclui sua última pintura com uma tela em branco na qual escreveu: “solitário ou solidário”.

Em *A peste* Camus vai além da solidão do herói absurdo dos textos anteriores na medida em que afirma a existência mesmo em meio à situação limite que é a morte e o sofrimento dos inocentes. A leitura aqui proposta busca sinalizar isso a partir do confronto de dois personagens do livro: o jesuíta Paneloux que, como demonstraremos, encarna em si o niilismo cristão e o médico ateu Rieux, o qual, ante a dor injustificável da vida humana, persiste mesmo assim em fazer o bem. Ao mesmo tempo, Rieux se esforça por retirar do bem



o caráter de excepcionalidade, para fazer dele, portanto, uma banalidade. Não só o mal é injustificável, desse modo, mas também o bem. Enfim, com a atitude moral do ateu Rieux é superado o niilismo do jesuíta Paneloux, defendendo-se que o bem e a solidariedade é uma resposta possível ao absurdo – e não só o suicídio – e que “os homens são mais bons que maus” (CAMUS, s/d, p. 93).

Camus e o absurdo

Albert Camus nasceu na Argélia em 07 de novembro de 1913, filho de um pai de origem francesa e de uma mãe de ascendência espanhola. Ocupou-se ativamente da militância política, sobretudo em sua juventude. Em 1934 ingressou no partido comunista de Argel, embora tenha se retirado do partido em 1945, sob o argumento de que o comunismo se interessava muito pouco pelo colonialismo, silenciando-se em relação às injustiças que os argelinos sofriam (SÁNCHEZ, 2001, 123). Engajou-se na luta pela liberdade e pela justiça e, considerando a vida um valor inegociável, não podia aceitar o assassinato motivado por conflitos ideológicos. Suas obras refletem sua posição e espelham seu descontentamento com políticas violentas.

De todo modo, o envolvimento precoce com o ambiente cultural de sua época, sugere Azevedo (2017, p. 29), “foi um dos principais responsáveis pela composição artístico-literária de suas obras e pelas formulações teóricas presentes em seus ensaios filosóficos”. Sua defesa intransigente do valor absoluto da vida humana fazia de seu pensamento uma “filosofia vivencial concreta em nada abstrata” (SÁNCHEZ, 2001, p. 121). Vê-se assim que seu entendimento da vida como um absurdo não implicava a atitude passiva de um pessimista resignado, mas, como mostrou Sánchez (2001, p. 131), comportava um salto “do niilismo para a esperança”. São os contornos dessa esperança sem deus que este trabalho explorará a partir do romance *A peste*.

O confronto com o absurdo, portanto, não se esgota em si mesmo. Ele precisa ser transvalorado em direção à vida feliz, como sugere Jourdan (2003). Transvaloração da qual faz parte, como lembra Lima (2022), a afirmação de valores sensíveis, ligados à terra. Examinemos de mais perto a trilogia do absurdo, começando com *O mito de Sísifo*.

Camus inicia a obra defendendo ser o suicídio o problema filosófico mais sério a



confrontar, pois “julgar se a vida vale ou não a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2018, p. 17). A seriedade dessa questão reside nas ações que compromete, visto que “ninguém morre por causa do argumento ontológico” (CAMUS, 2018, p. 17). Defendemos que foi a premência dessa questão que levou à morte do jesuíta Paneloux, em *A peste*. Sem dúvida, ele não se matou, mas a crise de fé por que passou o levou a negar resolutamente tratamento médico. Um padre, com efeito, não poderia consultar um médico se fosse fiel a sua fé. Desse modo, Paneloux prefere a fé à vida, e embora não cometa suicídio, de algum modo renuncia à vida, pois não lhe seria suportável viver sem crer.

A fé dá ao mundo uma explicação final, um sentido. Apaziguado com a crença de que tudo tem um porquê transcendente, o espírito dorme. Esse sono é necessário, contudo, para que se prossiga com as atividades cotidianas. Mesmo que as explicações sejam falsas, ainda assim o espírito tem diante de si um mundo familiar. Entretanto, se é privado totalmente de ilusões, o espírito se sente estrangeiro, o mundo se lhe torna estranho. Para Camus, “esse divórcio entre o homem e sua vida, o ator e seu cenário é propriamente o sentimento do absurdo” (CAMUS, 2018, p. 20). Trata-se em primeiro lugar de um sentimento. A qualquer hora, de modo imprevisível, pode-se ser açoitado pela insignificância do mundo. Quando tomado pelo absurdo, não se pode dizer exatamente o que ele é, de que sensação se trata, pois “tal como é, em sua nudez desoladora, em sua luz sem brilho, esse sentimento é inapreensível” (CAMUS, 2018, p. 25-26). Seu assédio rompe as redes de sentido que garantam, no cotidiano de todos os dias, que tudo tenha seu lugar determinado: “Acordar, bonde, quatro horas no escritório ou na fábrica, almoço, bonde, quatro horas de trabalho, jantar, sono e segunda terça quarta quinta sexta e sábado no mesmo ritmo, um percurso que transcorre sem problemas a maior parte do tempo” (CAMUS, 2018, p. 27). De repente, sem que nem porquê, a segurança dessas redes de relações se rompe. Desperta-se abruptamente do sono que garantia a continuidade tranquila do dia a dia. Agora, no abismo do sem sentido, salta a questão: continuar ou se matar? Ou, nas palavras de Camus: “Será preciso morrer voluntariamente, ou pode-se ter esperança apesar de tudo?” (CAMUS, 2018, p. 31). O médico Rieux, em *A peste*, decidirá pela esperança, mas afirmando ainda o absurdo do mundo – sustenta ele, portanto, um ateísmo esperançoso.

Sendo um sentimento, e mais: um sentimento inapreensível, nenhuma definição consegue dar conta da integralidade do absurdo. Ainda assim, Camus sugere: o absurdo reside



no confronto entre o desejo desvairado de clareza e a irracionalidade do mundo. Há no espírito humano, em sua própria razão, o anseio por saber do mundo qual o seu sentido último. Ao mesmo tempo, a própria razão que anseia por sentido não tem os recursos suficientes para alcançá-lo. É próprio da razão tanto o desejo de saber quanto a impossibilidade de saber. O absurdo reside neste hiato.

Incapaz de saber, o espírito humano, ainda assim, dada sua ânsia de sentido, postula do mundo um porquê final. Faz isso através de um salto, que abandona a racionalidade em direção à fé. O abandono dos limites da racionalidade e o salto para a fé caracterizam o que o autor denomina de “suicídio filosófico”. Os seres humanos então se deixam embriagar pelo irracional, sustentando que a razão é vã, mas existe algo para além dela. Para um espírito absurdo, contudo, “a razão é vã e não existe nada além da razão” (CAMPUS, 2018, p. 50). A pessoa absurda não admite, com efeito, o irracional. Aceita os limites da razão e o seu silêncio final. Em síntese, diz Camus:

... não quero fundamentar coisa alguma no incompreensível. Quero saber se posso viver com o que sei, e só com isso. Dizem-me ainda que a inteligência deve sacrificar aqui o seu orgulho e a razão, se inclinar. Mas se reconheço os limites da razão, nem por isso a nego, reconhecendo seus poderes limitados. Só quero continuar neste caminho médio onde a inteligência pode permanecer clara (CAMUS, 2018, p. 54).

A pessoa absurda, portanto, sabe que não sabe e se mantém na tensão deste não saber – sem saltar para a fé, mas também sem postular que tudo é racional ou explicável. Assim, se não sabe se o mundo tem ou não um sentido, a pessoa absurda sabe, contudo, que não o conhece e que é mesmo impossível conhecê-lo. Mantém-se na atitude que Camus chama de revolta – que precisará em texto posterior –, isto é, “o confronto perpétuo do homem com sua própria escuridão” (CAMUS, 2018, p. 68).

O suicídio será rejeitado porque recusa a tensão deste não saber e pretende resolver o absurdo. O jesuíta Paneloux, em *A peste*, em crise de fé, faz precisamente isso: entrega-se à doença ou, ao menos, se deixa morrer, pois não pode tolerar a consulta de um médico. Fazê-lo seria o mesmo que reconhecer a insuficiência da fé – negar o irracional equivale para ele a negar a razão de continuar vivo. Paneloux, contudo, não o pode fazer, e sustenta sua existência na esperança de que o absurdo terreno é uma via para uma bem-aventurança eterna. Sua vida é um contínuo esperar por um amanhã de felicidade plena. Mas não há qualquer amanhã para esperar. Conclui Camus:



O que é, de fato, o homem absurdo? Aquele que, sem negá-lo, nada faz pelo eterno. Não que a nostalgia lhe seja alheia. Mas prefere a ela sua coragem e seu raciocínio. A primeira lhe ensina a viver sem apelo e a satisfazer-se com o que tem, o segundo lhe ensina seus limites. Seguro de sua liberdade com prazo determinado, de sua revolta sem futuro e de sua consciência precíval, prossegue sua aventura no tempo de sua vida (CAMUS, 2018, p. 81).

No texto citado o herói absurdo típico é Sísifo. Ele despreza os deuses, que lhe pagaram seu amor à vida com o suplício. Camus sustenta que é quando Sísifo desce a montanha que finalmente se dá conta do absurdo de sua condição. A hora da descida é uma espécie de respiração, na qual a certeza de sua desgraça aparece em toda a sua transparência – é a hora da consciência. Neste momento, Sísifo é superior ao seu destino. Ele é um herói consciente. Não o domina a esperança de triunfar. Camus sugere que, tal como o destino de Sísifo, aquele dos operários de hoje não é menos absurdo. Mas se torna de fato trágico nos momentos em que se tornam conscientes dele. Também Sísifo, este “proletário dos deuses, impotente e revoltado”, conhece toda a extensão de sua condição miserável. Pensa nela enquanto desce. Mas “a clarividência que deveria ser o seu tormento consoma, ao mesmo tempo, sua vitória. Não há destino que não possa ser superado com o desprezo” (CAMUS, 2018, p. 139).

As reflexões filosóficas em *O mito de Sísifo* são desenvolvidas em chave literária em *O estrangeiro*. O herói absurdo dessa vez é Meursault. O texto começa com a informação trágica da morte de sua mãe, que é relatada, porém, em tom indiferente: “Hoje, minha mãe morreu. Ou talvez ontem, não sei bem. Recebi um telegrama do asilo: ‘Sua mãe falecida. Enterro amanhã. Sentidos pêsames’. Isso não quer dizer nada. Talvez tenha sido ontem” (CAMUS, 1982, p 155). A indiferença do narrador face a morte de sua mãe dão o tom de seus sentimentos: é um homem indiferente a tudo.

O diretor do asilo reconhece as dificuldades de Meursault em manter a sua mãe em casa, dada as despesas que isso exigiria, a necessidade de enfermeira e o modesto salário do funcionário. Além do mais, no asilo sua mãe teria a companhia de outras pessoas de mesma idade. O diretor assim suaviza uma possível culpa que Meursault, porém, não tinha.

Dirigindo-se à sala onde o corpo estava sendo velado, outra estranheza: o porteiro do asilo, que havia fechado o caixão, pergunta ao filho em luto se desejava que o abrisse, mas Meursault recusa. Além disso, aceita o café que lhe é oferecido, fuma cigarros e até mesmo cochila durante a madrugada. Esse quadro de aparente indiferença é completado no cortejo



rumo ao cemitério, quando um dos funcionários da funerária questiona a idade de sua mãe. Mas Meursault simplesmente não sabe. Todo este conjunto de atitudes parece denotar que o filho não se importa nem sofre pela morte da mãe. Esse fato é importante porque selará o destino de Meursault – ele é um estranho porque não respeita os valores mais sagrados da sociedade.

Esse desrespeito se faz visível já no dia seguinte ao enterro, quando Meursault toma banho de mar e se encontra com uma datilógrafa do escritório, a quem convida para o cinema. Assistem a uma comédia e ao fim dormem juntos. Tudo isso em meio a um luto que Meursault parece não viver.

A indiferença do protagonista face a tudo se explicita também em sua relação com um vizinho de quem poucos se aproximam. Ele, porém, diz a si mesmo que simplesmente “não tenho nenhum motivo para não lhe falar!” (CAMUS, 1982, p. 185). Quando o vizinho lhe questiona se podem ser amigos, Meursault pensa consigo “que tanto me fazia: ele ficou com um ar contente” (CAMUS, 1982, p. 187). Por fim, o vizinho lhe pede para escrever uma carta a uma mulher de quem desconfia. Suspeita que ela o engana e pretende tirar a história a limpo. Meursault esforça-se para o contentar, “pois não tinha razão nenhuma para não o contentar. [...] Era-me indiferente ser ou não amigo dele e, como isso parecia dar- lhe gosto...” (CAMUS, 1982, p. 191).

Este vizinho aparece dias depois agredindo fisicamente esta mulher. O irmão da amante violentada o persegue e quando o encontram em uma praia perto de Argel, depois de uma série de reviravoltas, Meursault atira no homem. Já falecido, Meursault, sem saber por que, atira mais quatro vezes no corpo morto. Mais tarde, no tribunal, atribuirá a culpa de seu ato ao sol escaldante do fatídico dia – matou, portanto, por nada, simplesmente porque o sol lhe queimava os olhos.

O decisivo de toda a história é o comportamento dos juizes e da acusação durante o julgamento de Meursault. Notou-se desde cedo que o réu dera provas de insensibilidade durante o enterro da mãe. O juiz de instrução incomodou-se sobretudo com essa indiferença, e retira de uma gaveta um crucifixo para, com voz trêmula, questionar a fé de Meursault. Ante o ateísmo do réu, o juiz senta-se indignado. Revela suas angústias: não acreditar era impossível. Com efeito, “a convicção dele era essa e, se um dia duvidasse, a vida deixaria de ter sentido. – Quer o senhor – exclamou – que a minha vida deixe de ter sentido?” (CAMUS, 1982, p. 234).



Os juízes e o promotor demoram-se no relato do comportamento do réu no enterro da mãe. O advogado de defesa protesta, mas o promotor insiste que entre o assassinato na praia e a indiferença que o réu demonstrou no enterro da mãe havia uma íntima relação: “acusado este homem de ter assistido ao enterro da mãe com um coração de criminoso” (CAMUS, 1982, p. 267).

Finalmente, já condenado e à espera da sentença de morte, Meursault recusa por três vezes a visita do capelão. Este aparece, porém, mesmo assim, e ante a insistente recusa de Meursault, mesmo face à morte, em acreditar, se surpreende: “Não tem então nenhuma esperança e consegue viver com o pensamento de que vai morrer inteiramente? – Sim – respondi eu. Disse que lamentava. Achava que tal atitude era impossível de suportar” (CAMUS, 1982, p. 292).

O estrangeiro é um estranho. Aceita a condenação à morte como aceitaria a absolvição – não se arrepende de nada, no máximo se aborrece um pouco. Também não tem esperança alguma em um futuro de bem-aventurança. Tudo o que há é este mundo e suas tragédias. Assim como Sísifo, aceita seu destino e, ao recusar o encontro com o capelão, despreza a morte que o espera.

Comportamento semelhante nota-se em Calígula, personagem central da peça de mesmo nome. A trama se inicia com a tristeza do imperador ante a morte de sua irmã e amante, Drusila. Contudo, o que o incomoda de fato não é a morte da amante, mas as repercussões morais que essa morte tem sobre ele. Sente que o mundo não lhe é mais suportável. A morte de Drusila revela a ele que “os homens morrem e não são felizes” (CAMUS, 2018, p. 9). Desde então, comporta-se com crueldade, usurpa bens de seus patrícios e do povo, e ordena o assassinato de pessoas com a indiferença de quem comete uma banalidade.

Mas Calígula repudia com igual veemência a mentira. Seu comportamento, cruel embora, é de um homem que sente com verdade o pouco que a vida é. Leva às últimas consequências o impacto do absurdo que é viver – o sem sentido de tudo. E sente profundamente o que significa estar desesperado. Supunha antes que se tratasse de uma enfermidade da alma, mas reconhece agora que é o corpo quem sofre: seus pés doem, o peito, todos os seus membros. Sente a cabeça vazia e o estômago revoltado. Além de tudo, um gosto na boca, que nem é de sangue, nem de morte ou febre, mas de tudo ao mesmo tempo.



Conclui: “que duro, que amargo é fazer-se homem!” (CAMUS, 2018, p. 16).

Entre os súditos, Quereas é o único que confronta Calígula diretamente. Afirma que o imperador ameaça o mais profundo que tem os súditos. É a isso que Quereas combate: é-lhe insuportável assistir como desaparece o sentido da vida, a razão de existir. E afirma: “não se pode viver sem razões” (CAMUS, 2018, p. 22). Motiva-o, portanto, o medo de que a vida se transforme em um nada. Quando o imperador argumenta que tiranos bem razoáveis causaram mais morte do que ele em guerras e conquistas, um súdito responde que “ao menos era razoável e o essencial é compreender” (CAMUS, 2018, p. 45).

Calígula é um infeliz. Apesar de sua crueldade, não é covarde. Suas maldades são antes a reação de um homem desesperado ante uma existência sentida como absurda – o que não diminui sua culpa. Ao saber que Quereas planeja sua morte, questiona a motivação para o crime. Quereas insiste que não o odeia, mas o acha nocivo. Não simplesmente porque mata as pessoas arbitrariamente, mas porque ameaça a segurança de que Quereas tanto precisava. Quando Calígula lhe questiona se necessita acreditar em alguma ideia superior, Quereas diz apenas acreditar que há ações mais belas que outras, ao passo que para Calígula tudo é indiferente.

Tal como Sísifo e Meursault, Calígula é um herói absurdo. É tomado pelo absurdo existencial e por isso tudo se lhe torna indiferente – tal como Meursault, cujo assassinato foi cometido sem motivação e sem porquê. Note-se, porém: os heróis elencados acima não conseguem escapar da vizinhança do niilismo. Não há esperança alguma – finda a esperança metafísica, nada resta a esperar. Além disso, sentem o sem sentido sozinhos. Mas o absurdo não é a estação final, o ponto de chegada. Ao contrário, é apenas o começo. Desse ponto de partida deve-se vislumbrar uma esperança. Não aquela de um porvir feliz em um paraíso prometido, mas uma esperança terrena e sensível. É isso que se torna explícito no médico ateu Rieux, protagonista e narrador de *A peste*.

O ateísmo esperançoso

A trama se passa na cidade argelina de Oran. A cidade é descrita como feia e seus habitantes, como pessoas simples, de prazeres moderados e quase inteiramente voltados para o comércio e a sede de enriquecimento. Na manhã do dia 16 de abril o médico Bernard Rieux



sai de seu escritório e depara-se com um rato morto. O porteiro estranha o acontecimento e sugere que o animal fora trazido de fora. Já a partir do dia 18, fábricas e depósitos vomitavam centenas de cadáveres de ratos. O serviço de desratização da prefeitura passa a recolher os mortos durante as madrugadas e os transporta para a incineração. No dia 28 anuncia-se o recolhimento de oito mil ratos. Estranhamente, porém, o fenômeno desaparece no dia seguinte.

Na mesma data Rieux depara-se com o porteiro de seu prédio em estado de grave abatimento, caminhando com dificuldade e de cabeça baixa. O jesuíta Paneloux o apoia, mas o velho tem a respiração ruidosa e dores nos pescoços, axilas e virilhas. À noite a condição médica do porteiro piora. Vomita muito e tem febre. Os gânglios do pescoço estão inchados e duas manchas escuras aparecem no seu corpo. No dia seguinte, o porteiro morre. A partir daí, outros cidadãos seguem o mesmo caminho do porteiro e a cidade começa a se assustar.

Em poucos dias descobre-se cerca de vinte casos da mesma febre. É um colega mais velho de Rieux, o médico Castel, quem primeiro suspeita do que se trata. Sabe que a opinião pública é contra o pânico e reconhece que todos pensam ser uma doença desaparecida. Ao fim, o próprio Rieux admite: “É verdade, Castel. É incrível, mas parece peste” (CAMUS, s/d, p. 30). Inicialmente os cidadãos, apesar do medo, parecem acreditar se tratar de episódios isolados. Continuam a fazer negócios, a se preparar para viagens e a ter opiniões. Preferem se sentir livres, e “nunca alguém será livre enquanto houver flagelos” (CAMPUS, s/d, p. 31).

Finalmente Rieux consegue que a prefeitura convoque uma comissão sanitária. Temendo o pânico, a prefeitura inicialmente decide fixar pela cidade, discretamente, cartazes alertando a população para uma febre de que não se podia dizer ainda ser contagiosa. Anunciava também algumas medidas, como a desratização científica por injeção de gases tóxicos nos esgotos e uma maior vigilância no fornecimento de água. Recomendava ainda um asseio rigoroso e exigia que as famílias notificassem os casos em seu interior e consentissem no isolamento dos doentes em salas especiais no hospital.

Enquanto isso, os casos aumentam em ritmo acelerado. Em consulta ao Governo-Geral, a prefeitura recebe um telegrama oficial em que se ordena: “Declarem o estado de peste. Fechem a cidade” (CAMUS, s/d, p. 48). A partir de então, a peste se torna um



problema público. Mesmo sentimentos antes individuais, como a separação de um ente querido ou o medo, se tornam de repente coletivos: “Pode-se dizer que esta invasão brutal da doença teve, como principal efeito, o de obrigar nossos concidadãos a agir como se não tivessem sentimentos individuais” (CAMUS, s/d, p. 49-50). Proibiu-se mesmo a troca de correspondência, para evitar que as cartas fossem veículos de transmissão. As comunicações telefônicas, autorizadas a princípio, provocaram um congestionamento tal nas cabines públicas e nas linhas que foram suspensas por alguns dias e finalmente limitadas aos casos urgentes, como morte, nascimento e casamento. Os telegramas tornaram-se a única forma de comunicação, fazendo com que seres ligados fortemente entre si limitassem suas saudades a dez palavras.

Ao fim do primeiro mês da peste tem lugar o sermão do jesuíta Paneloux. A Igreja organizara uma semana de preces coletivas, que culminariam em uma missa solene no domingo, para a qual Paneloux foi escolhido como presidente. O jesuíta inicia o sermão com um ataque direto: “Irmãos, caístes em desgraça, irmãos, vós o merecestes” (CAMUS, s/d, p. 68). Lembra que a primeira vez que um flagelo como aquele apareceu na história foi para atacar os inimigos de Deus, referindo-se ao Faraó. E prossegue: “Se hoje a peste vos olha, é porque chegou o momento de refletir. Os justos não podem temê-la, mas os maus têm razão para tremer” (CAMUS, s/d, p. 70). Deus já manifestara sua piedade antes mas, cansado de esperar, afastou dos habitantes o seu olhar. As trevas da peste seriam a consequência da privação da luz divina.

A partir deste domingo o medo se generalizou na cidade. As medidas oficiais estavam se tornando insuficientes. Por essa época, o médico Rieux recebe a visita de um estrangeiro que chegara na cidade pouco antes da peste. Alertando para a situação cada vez mais alarmante, Tarrou propõe organizar formações sanitárias. Tinha amigos por toda parte e formariam o primeiro núcleo, ao qual se poderiam seguir outros.

Tarrou, porém, deseja saber do médico a motivação que o anima a continuar, todos os dias, a cuidar de doentes cuja morte já sabe certa. Por que persiste, incansável, em lutar contra um mal que parece invencível, e a fazê-lo sem trégua e sem permitir que o desânimo o domine. Sobretudo, porque tamanha dedicação se sequer acredita em Deus. Rieux responde simplesmente: “Não sei o que me espera, nem o que virá depois de tudo isso. No momento, há doentes e é preciso curá-los. Em seguida, eles refletirão e eu também” (CAMUS, s/d, p. 90).



Tarrou observa que as vitórias de Rieux são meramente efêmeras, mas o médico não vê nisso razão para deixar de lutar – mesmo sendo a peste uma interminável derrota.

Note-se a diferença entre o herói absurdo de *A peste* e os heróis anteriores. Enquanto Sísifo, Meursault e Calígula são solitários, sentindo profundamente o absurdo existencial, mas agindo como se a ausência de esperança implicasse a indiferença ética para a qual viver ou morrer é o mesmo, Rieux dedica seu tempo e age integralmente para os outros. Aceita o voluntariado que Tarrou propõe organizar, e trabalha junto com ele. Anda sempre com os outros, e sempre agindo para os outros. Porém, à semelhança dos heróis anteriores, também sente o absurdo, não tem esperança metafísica em um porvir bem-aventurado e não crê em um Deus que justifique o sofrimento humano. A vida não tem sentido final, mas o sentimento do absurdo, que nos heróis anteriores parece se esgotar em si mesmo, agora conduz para a frente, para uma esperança não metafísica, uma esperança também ela sem sentido – não sabe o que o espera, mas espera mesmo assim. Pratica o bem sem precisar de um porque que o justifique.

É por isso que o narrador escolhe não dar muita importância às formações sanitárias, pois isso faria pensar que boas ações são raras e que o mal é uma força motriz mais frequente que o bem. Desse modo, em relação às formações sanitárias, entende que era a coisa a fazer e não o fazer é que seria incrível. De todo modo, com os voluntários se evidenciou um fato já implícito: “porque a peste se tornava assim o dever de alguns, ela surgiu realmente como era, isto é, o problema de todos” (CAMUS, s/d, p. 93).

O narrador compara as ações voluntárias ao professor que ensina que dois e dois são quatro, isto é, a uma banalidade. É precisamente isso que o narrador pretende demonstrar: a banalidade do bem, a sua não excepcionalidade, a não necessidade de um porquê que o justifique. O herói absurdo aqui, portanto, é capaz de transvalorar o absurdo em direção a uma ética igualmente sem justificativa – o bem que se faz porque é óbvia a necessidade de fazê-lo. Rieux recusa o discurso moralista para quem tudo dava em nada e que o melhor seria cair de joelhos. Ao contrário, é preciso lutar: “Toda a questão residia em impedir o maior número possível de homens de morrerem e de conhecerem a separação definitiva. Para isso, havia um único meio – combater a peste. Essa verdade não era admirável, era apenas consequente” (CAMUS, s/d, p. 94).

Tarrou consegue o voluntariado também do jesuíta Paneloux, que assim demonstrava, observava Rieux, ser melhor do que o seu sermão. Os meses se seguiram e a peste já



dominara toda a cidade. Em outubro, o filho do juiz de instrução é atingido pela doença, e já o encontram em estado desesperador. Rieux sentia que seu papel já não era o de curar, mas o de diagnosticar, registrar e condenar. Não salvava vidas, apenas ordenava o isolamento. Não oferecia socorro, apenas informações.

O estado do menino, filho do juiz, era muito grave. Vigiavam-no desde a madrugada. Muitos se juntaram para acompanhar a evolução da doença, incluindo o jesuíta Paneloux. Já haviam assistido a morte de crianças, mas era a primeira vez que acompanhavam tão longamente o progresso da doença. As dores das crianças lhes pareciam um escândalo. No caso do filho do juiz, sua agonia durava mais tempo que o comum, e Paneloux observou: “Se tiver de morrer, terá sofrido mais tempo” (CAMUS, s/d, p. 149). E a criança, supliciada, debatia-se com todas as forças. No auge de sua tortura, emite um grito que mais pareceu um protesto desesperado. Paneloux ajoelhou-se então e rezou: “Meu Deus, salvai esta criança” (CAMUS, s/d, p. 150). Após uma longa agonia, porém, a criança morre, com restos de lágrimas nos olhos.

Abatidos todos, saíram da sala os que assistiram ao trágico espetáculo, mas no corredor Rieux confronta-se com Paneloux: “Ah! Aquele, pelo menos, era inocente, como o senhor bem sabe!” (CAMUS, s/d, p. 151). Referia-se ao sermão onde o jesuíta responsabilizava os cidadãos de Oran e seus pecados pela peste que assombrava a cidade. Paneloux não entende a raiva que o médico lhe dirige, e sugere que se deve talvez amar aquilo que não se pode compreender. Mas Rieux não concorda: “Eu vou recusar até à morte amar esta criação em que as crianças são torturadas” (CAMUS, s/d, p.152).

A morte daquela criança, contudo, abalou a Paneloux. Via-se no seu rosto uma tensão crescente. Conta ao médico que trabalhava em um tratado cujo tema seria: “Um padre pode consultar um médico?” Em uma missa dias depois expõe as ideias que tinha em mente. Considerava que algo se podia reter da desgraça recente. Sustentava que há o bem e o mal, cuja distinção é fácil de identificar. Mas também há distinções no mal: o mal claramente necessário e o mal aparentemente inútil. A condenação de um criminoso, de um lado, e a morte de uma criança, de outro. Quando um inocente tem sua vida ceifada, é-se colocado diante de uma situação limite que exige decisões radicais: “É preciso crer em tudo ou tudo negar. E quem, dentre vós, ousaria negar tudo?” (CAMUS, s/d, p. 156).

O padre parecia beirar à heresia. Defendia a virtude do tudo ou nada: ou crer em tudo



ou negar a tudo. A crença absoluta e irrestrita seria uma espécie de humilhação consentida pelo próprio humilhado. Assim, é humilhante ao pensamento o sofrimento de uma criança, mas era uma prova necessária: “Escolheria crer em tudo, para não ficar reduzido a tudo negar” (CAMUS, s/d, p. 157). Em resumo, se um padre consulta um médico cai em contradição. Quando se é cristão, ou se perde a fé ou se aceita até que lhe retirem os olhos. E Paneloux não podia perder a fé.

Alguns dias depois, Paneloux, que se mudara para a casa de uma idosa devota, cai doente. Certa noite foi tomado por uma febre já latente há dias. Sua anfitriã, vendo que não se levantava, bateu à porta de seu quarto, e notando que respirava com dificuldade e parecia congestionado, sugere chamar um médico, mas ele recusa violentamente a sugestão. Em seguida, mais calmo, explicou que chamar um médico feria os seus princípios. Ao longo do dia, porém, continuou a piorar, mas sempre negando um médico. Durante a madrugada, seu estado chegou a um ponto crítico, e vendo-o já praticamente sem forças, a anfitriã insiste que o melhor seria chamar o médico. Paneloux recusa, mas aceita ir ao hospital, conforme ditavam as regras. Rieux examina-o, mas não encontra nenhum sintoma da peste. Entretanto, a febre subiu ao longo do dia e a tosse piorou. Finalmente, o jesuíta foi encontrado morto na manhã seguinte. Devido às dúvidas relativas aos sintomas, no atestado de óbito constou apenas que se tratava de um “caso duvidoso”.

Examinemos a distinção moral entre Paneloux e Rieux. O jesuíta é um crente. Comete aquilo que em *O mito de Sísifo* Camus chamou de suicídio filosófico, isto é, o salto na fé. Este salto não é outra coisa senão a recusa do absurdo. Assim como os juízes que condenaram Meursault e tal como Quereas – o assassino de Calígula –, Paneloux não pode viver sem um sentido último que justifique metafisicamente a existência. O espetáculo da morte torturante de uma criança inocente abalou, contudo, sua fé. Como justificar o sofrimento dos inocentes? Paneloux precisa de um porquê, e fala em amar o incompreensível. Não parece convencer-se, como se o sermão, dirigido ao povo, na verdade tentasse persuadir o próprio orador. Sentindo a fé se desmoronando, agarra-se desesperadamente aos resquícios de sua crença e, para não negar finalmente a fé, prefere se deixar morrer. Através de Paneloux se evidencia que vazio de valores não é o ateísmo, mas o cristianismo. O niilismo cristão é tal que, diante do absurdo, se não é capaz de aceitá-lo, prefere a morte. Vê-se daí que *A peste*, muito embora fosse uma alegoria do nazismo, tem na verdade objetivos não meramente políticos, mas sobretudo



metafísicos: é o texto mais anticristão de Camus. Uma obra na qual autor defende que o confronto mais fiel e corajoso com o absurdo consiste não em negá-lo mediante o suicídio filosófico, mas em afirmá-lo contra toda esperança metafísica. Assim, defende a passagem do niilismo cristão, simbolizado por Paneloux, para um ateísmo esperançoso, que é encarnado em Rieux.

O médico, com efeito, agora já no fim da epidemia, questiona-se, frente à alegria do povo em festa, sobre o sentido do exílio finalmente encerrado. Pondera “que não era importante que essas coisas tenham um sentido ou não, mas que é preciso ver apenas a resposta dada à esperança dos homens” (CAMUS, s/d, p. 207). A alegria do povo era a recompensa para aqueles que “se contentam com o homem e o seu pobre e terrível amor” (CAMUS, s/d, p. 208). Ao contrário do jesuíta Paneloux que, na ânsia por sentido, e na impossibilidade de obtê-lo, prefere o nada, o ateu Rieux conclui que “há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar” (CAMUS, s/d, p. 213). Mas o fim da trama não é o alívio definitivo da vitória, pois, apesar de tudo, Rieux sabe que a tragédia não acabou. Mas assume uma decisão: escolhe, a despeito de todas as feridas pessoais, ser como todos aqueles que, “não podendo ser santos e recusando-se a admitir os flagelos, se esforçam no entanto por ser médicos” (CAMUS, s/d, p. 213).

Conclusão

Em *Albert Camus: From the Absurd to Revolt* John Foley enfatiza que a vitória de Sísifo sobre os deuses, seu desprezo pelo suplício a que é condenado, é ainda uma vitória individual, sem nenhuma conotação social ou política. É o que se vê também em Meursault e Calígula, de tal modo, sugere Foley (2008), que o romance, o ensaio filosófico e a peça dramática devem ser lidos como um texto só. Foley igualmente observa que não há nos textos que compõem a trilogia qualquer ética positiva além do princípio básico da sinceridade. Além disso, só resta uma ética negativa, explicitada na recusa à esperança e ao desespero. Contudo, nada parece impedir que, ao fim, um herói absurdo como Meursault se converta em um niilista.

Foley continua alertando para o cuidado em relação ao tema da esperança nos trabalhos em que o absurdo é desenvolvido em seus contornos conceituais – a trilogia já



citada. Aqui, a esperança está associada à crença na felicidade eterna, crença que a consciência lúcida precisa evitar para não cometer suicídio filosófico. Camus afirma então que a lucidez do absurdo implica a total ausência de esperança, mas ao mesmo tempo declara que essa ausência nada tem a ver com desespero. Conforme observa Foley, “a esperança que é ‘uma tentativa de capturar Deus’ é, ao que parece, um tipo específico de esperança, e o repúdio de tal esperança não parece envolver o repúdio do que se poderia chamar de ‘esperança finita’” (FOLEY, 2008, p. 27).

Camus rejeita, portanto, a esperança religiosamente inspirada. Mas não rejeita a esperança finita e a ética que pode resultar dela. Uma esperança localizada nas relações entre os homens, tal como se vê precisamente na obra que examinamos aqui, *A peste*. Assim, há em Camus, defende Foley (2008, p. 27), uma esperança absurda, que é uma esperança lúcida, temperada pelos limites da compreensão humana. Se o absurdo é o contrário da esperança e implica a total ausência de esperança, portanto, aqui Camus se refere apenas à esperança infinita, mas não a toda e qualquer esperança. É isso que evita que o herói absurdo se transforme em um niilista completo.

Assim, se o niilismo é a total negação dos valores, o mesmo não se pode afirmar do absurdo, pois ele admite a possibilidade de criação de valores – valores relativos e não absolutos. É sobre esses valores que se torna possível a construção de uma ética absurda, sustentada em valores humanos, terrenos, sobretudo no princípio da solidariedade. O romance *A peste* oferece sobre isso a mais clara demonstração. A solidariedade, enfim, é o que retira o herói absurdo do exílio solipsista e torna possível uma ética absurda, que “salva a consciência individual do absurdo do solipsismo e da tentação para o niilismo” (FOLEY, 2008, p. 28).

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Pedro Israel Saraiva de. *Do absurdo à revolta em Albert Camus*. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2017.

CAMUS, Albert. *A Peste*. Trad. Valerie Rumjanek Chaves. Rio de Janeiro: Editora Record, s/d.

CAMUS, Albert. *Calígula*. Omegalfa: Biblioteca Libre, 2018.



_____. *Estado de sítio; O estrangeiro*. Trad. Maria Jacinta e Antonio Quadros. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *O Exílio e o Reino*. Trad. Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, s/d a.

_____. *O homem revoltado*. Trad. Valerie Rumjanek. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

_____. *O mito de Sísifo*. Trad. Ari Roitman Paulina Watch. 12 ed. Rio de Janeiro: 2018.
FOLEY, John. *Albert Camus: From the Absurd to Revolt*. Stocksfield: Acumen, 2008. LIMA, Michelle Ferreira de. “Entre Nietzsche e Camus: niilismo e absurdo”. *Revista Paranaense de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 124 – 135, Jul./Dez., 2022.

JOURDAN, Camila. “*Albert Camus: fenomenologia e absurdo*”. *An. Filos. São João del-Rei*, n. 10. p. 305-315, jul. 2003.

SÁNCHEZ, Francisco Gutiérrez. “*Camus y el existencialismo*”. *Espiga*, v. 4, julio-diciembre 2001, p. 122-136.

